

@book



Psicólogo Jurídico

GUIA BÁSICO

SANAR | CONCURSOS **PSI** 



GUIA BÁSICO DO PSICÓLOGO JURÍDICO

ANA VANESSA NEVES

O QUE É A PSICOLOGIA JURÍDICA

“A Psicologia Jurídica é uma área específica da Psicologia que surgiu da interrelação com o Direito, tanto no âmbito teórico quanto no prático, sendo desde a origem um campo interdisciplinar (Roehrig et al, 2007).

“É uma área de especialidade da Psicologia e, por essa razão, o estudo desenvolvido nessa área deve possuir uma perspectiva psicológica que resultará num conhecimento específico” (Popolo, 1996).

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

“O psicólogo jurídico deve estar apto para (Leal, 2008):

- Atuar no âmbito da Justiça considerando a perspectiva psicológica dos fatos jurídicos.
- Colaborar no planejamento e execução de políticas de cidadania, Direitos Humanos e prevenção da violência; fornecer subsídios ao processo judicial.
- Contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis”.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

- Em geral, o psicólogo atua no processo jurídico frente aos contextos de:
 - separação e divórcio
 - guarda

- interdição
- alienação parental
- vulnerabilidade social
- violência
- execução penal
- Medidas socioeducativas
- Utilização de recursos institucionais e comunitários
- Trabalho em equipe nos Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas e Sistema Socioeducativo

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O Conselho Federal de Psicologia reconhece a Psicologia Jurídica como área de atuação do psicólogo brasileiro e a inclui no rol de especialidades descritas na Resolução CFP nº 013/2007.

Conforme o CFP, o psicólogo especialista em Psicologia Jurídica:

O QUE FAZ

1. Atua no âmbito da Justiça.
2. Colabora no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

3. Centra sua atuação na orientação do dado psicológico.

PARA QUEM FAZ

- Para os juristas
- Para os indivíduos que carecem de tal intervenção.

O PORQUÊ FAZ

- Possibilitar a avaliação das características de personalidade.
- Fornecer subsídios ao processo judicial.
- Contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

4. Avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças.

COMO FAZ

- Aplicando métodos e técnicas psicológicas e/ou de psicometria.

O PORQUÊ FAZ

- Determinar a responsabilidade legal por atos criminosos.



O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

5. Atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, Justiça do Trabalho, da família, da criança e do adolescente.

COMO FAZ

- Elabora laudos, pareceres e perícias.

O PORQUÊ FAZ

- Para serem anexados aos processos, a fim de realizar atendimento e orientação a crianças, adolescentes, detentos e seus familiares.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

6. Orienta a administração e os colegiados do sistema penitenciário sob o ponto de vista psicológico.

COMO FAZ

- usando métodos e técnicas adequados.

O PORQUÊ FAZ

- Para estabelecer tarefas educativas e profissionais que os internos possam exercer nos estabelecimentos penais.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

7. Realiza atendimento psicológico a indivíduos que buscam a Vara de Família

COMO FAZ

- Fazendo diagnósticos e usando terapêuticas próprias

O PORQUÊ FAZ

- Para organizar e resolver questões levantadas

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

8. Participa de audiência

COMO FAZ

- prestando informações

O PORQUÊ FAZ

- para esclarecer aspectos técnicos em psicologia a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

9. Atua em pesquisas e programas socioeducativos e de prevenção à violência

COMO FAZ

- Construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica

O PORQUÊ FAZ

- Para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de risco, abandonados ou infratores

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

10. Elabora petições.

QUANDO FAZ

- Sempre que solicitar alguma providência.
- Quando houver necessidade de comunicar-se com o juiz durante a execução de perícias

O PORQUÊ FAZ

- Para serem juntadas aos processos.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

11. Realiza avaliação das características das personalidade

COMO FAZ

- através de:
 - triagem psicológica
 - avaliação de periculosidade
 - outros exames psicológicos no sistema penitenciário

O PORQUÊ FAZ

- para os casos de pedidos de benefícios, tais como transferência para estabelecimento semiaberto, livramento condicional e/ou outros semelhantes

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

12. Assessora a administração penal.

COMO FAZ

- Na formulação de políticas penais.
- No treinamento de pessoal para aplica-las.

O QUE FAZ

13. Realiza pesquisa.

O PORQUÊ FAZ

- Visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do direito.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

14. Realiza orientação psicológica a casais.

QUANDO FAZ

- Antes da entrada nupcial da petição, assim como das audiências de conciliação.

O QUE FAZ

15. Realiza atendimento a crianças envolvidas em situações que chegam às instituições de direito.

O PORQUÊ FAZ

- Visando à preservação de sua saúde mental.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

16. Auxilia juizados na avaliação e assistência psicológica de menores e seus familiares.

17. Os assessora no encaminhamento a terapia psicológicas, quando necessário.
18. Presta atendimento e orientação a detentos e seus familiares

O PORQUÊ FAZ

- Visando à preservação da saúde.

O QUE FAZ O PSICÓLOGO JURÍDICO

O QUE FAZ

19. Acompanha detentos em liberdade condicional, na internação em hospital penitenciário.
20. Atua no apoio psicológico à sua família.
21. Desenvolve estudos e pesquisas na área criminal.

COMO FAZ

- Constituindo ou adaptando o instrumentos de investigação psicológica.

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO

Conforme Rovinski (2009), os ramos do Direito que frequentemente demandam a participação do psicólogo são:

- Direito da Família.
- Direito da Criança e do Adolescente.
- Direito Civil.
- Direito Penal.

- Direito do Trabalho.

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO

DIREITO CIVIL DIREITO DE FAMÍLIA

O psicólogo é convocado a atuar, principalmente, nas seguintes situações:

- Separação e divórcio
- Regulamentação de visitas
- Disputa de guarda

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO

DIREITO CIVIL DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O psicólogo é convocado a atuar, principalmente, nas seguintes situações:

- Adoção
- Destituição do poder familiar
- Adolescentes autores de atos infracionais

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO

DIREITO CIVIL

O psicólogo é convocado a atuar, principalmente, nas seguintes situações:

- Dano psíquico
- Interdição

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO DIREITO PENAL

O psicólogo é convocado a atuar, principalmente, nas seguintes instituições:

- Sistema Penitenciário
- Institutos Psiquiátricos Forenses

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO DIREITO DO TRABALHO

- O psicólogo é convocado a atuar, principalmente, nas seguintes situações:
- Avaliar o nexo entre as condições de trabalho e a repercussão na saúde mental do indivíduo.

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO VITIMOLOGIA

- O psicólogo é convocado a atuar, principalmente, nas seguintes situações:
- Avaliar o comportamento e a personalidade da vítima.
- Traçar o perfil e compreender as reações das vítimas perante a infração penal.
- Auxiliar na aplicação de medidas preventivas e na prestação de assistência às vítimas

PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JURÍDICO

PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO

O psicólogo é convocado a atuar, principalmente, nas seguintes situações:

- Avaliar a veracidade dos depoimentos de testemunhas e suspeitos.
- Identificar o fenômeno das falsas memórias.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Segundo Suannes (2011), a função do psicólogo que faz parte da equipe interprofissional que integra o quadro do Tribunal de Justiça nas Varas de Infância e Juventude é:

- Fornecer subsídios para o juízo.
- Desenvolver trabalhos com as famílias cujos filhos são objeto de um processo em Vara de Infância e Juventude.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

A atuação do especialista pode ser solicitada em duas situações:

1. O agente legal, em geral o juiz, solicita a avaliação de um **perito oficial** para a elaboração de um laudo técnico que deverá esclarecer dúvidas quanto a um determinado

aspecto da competência do perito e será incluído pelo juiz nos autos do processo.

2. O litigante ou seu advogado contrata um **assistente técnico** oficial e redige um parecer crítico que será encaminhado juntado ao processo para apreciação do juiz.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO

Tradicionalmente o psicólogo jurídico atua no âmbito dos Tribunais de Justiça realizando atividade pericial e elaborando laudos psicológicos e pareceres.

Segundo Rovinski (2007):

O foco da avaliação deve restringir-se à verificação da presença e da intensidade dos sintomas emocionais com a determinação do nexos de causalidade.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO

Rovinski (2000) propõem seis aspectos em que a avaliação forense difere do trabalho do psicólogo na área clínica. São eles:

- **Escopo:** Define o objetivo da intervenção, ou seja, remete à pergunta de para quê são solicitados os serviços do psicólogo.
- **Perspectiva do cliente:** No enquadre clínico privilegia-se a visão do cliente sobre o problema que motivou o atendimento. **A avaliação forense não se restringe ao examinando**, uma vez que deve responder sobre fatos que extrapolam sua subjetividade.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO

- **Voluntariedade e autonomia:** A busca pelo psicodiagnóstico geralmente é espontânea. A avaliação forense é feita **sob demanda** do juiz ou do advogado.
- **Riscos à validade:** Por se tratar de procedimento coercitivo, dentro de um sistema de ataque e defesa, os clientes são incentivados a distorcer a verdade. Esta característica é extensiva também aos terceiros chamados para informar sobre o cliente (parentes, amigos, profissionais etc.).

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO

- **Dinâmica do relacionamento:** No enquadre jurídico, **o profissional é visto de forma mais distanciada**, pois ele não é um aliado em busca de um benefício (tratamento psicoterapêutico). O psicólogo pode até ser percebido como aliado ou inimigo se ele assumir a defesa da “causa” de um dos lados.
- **Tempo de avaliação:** No enquadre clínico o diagnóstico pode ser feito em qualquer momento do tratamento. No enquadre jurídico, há pressão da instituição (prazo processual, limites de recursos etc.) que pode reduzir o tempo de contato com o cliente. Uma vez fechado o laudo, a possibilidade de reformulação é mínima.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS COM MAIOR FREQUÊNCIA

- A elaboração do parecer psicológico implica o uso de técnicas psicológicas:
- Exame de documentos dos autos
- Entrevistas com as partes
- Testes psicológicos

- Dinâmicas grupais
- Escuta individual
- Cronologia de incidentes
- Observação participante

NOVAS DEMANDAS AO PODER JUDICIÁRIO

DANO PSÍQUICO

É a sequela emocional ou psicológica decorrente de um fato particular traumatizante. Pode-se dizer que o dano está presente quando são gerados efeitos traumáticos na organização psíquica e/ou no repertório comportamental da vítima (Lago et. al, 2009).

O psicólogo atua nos processos em que são requeridas indenizações em virtude de danos psíquicos e também nos casos de interdição judicial, avaliando a real presença desse dano. (Lago et. al, 2009).

NOVAS DEMANDAS AO PODER JUDICIÁRIO

Compete ao psicólogo nomeado perito pelo juiz realizar avaliação que comprove ou não a enfermidade mental.

À justiça interessa saber se a doença mental de que o paciente é portador o torna incapaz de reger sua pessoa e seus bens (Lago et. al, 2009).

INTERDIÇÃO

A interdição é o ato pelo qual o juiz retira, ao alienado, ao surdo-mudo, ao pródigo e ao toxicômano, a administração e a livre disposição de seus bens.

Assim, a interdição refere-se ao reconhecimento jurídico da incapacidade de exercício por si mesmo dos atos da vida civil.

NOVAS DEMANDAS AO PODER JUDICIÁRIO

O depoimento é tomado por um técnico (psicólogo ou assistente social) em uma sala especial, conectada por equipamento de vídeo e áudio à sala de audiência, em tempo real.

DEPOIMENTO ESPECIAL

Área recente relacionada à Psicologia do Testemunho que objetiva proteger psicologicamente crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais e outras infrações penais que deixam graves sequelas no âmbito da estrutura da personalidade (Lago et. al, 2009).

NOVAS DEMANDAS AO PODER JUDICIÁRIO

Características:

- Objetiva a reintegração social da vítima e do infrator
- É um processo estritamente voluntário
- Ocorre de maneira relativamente informal
- A intervenção é conduzida por mediadores
- Podem ser utilizadas técnicas de mediação e conciliação para se alcançar o resultado restaurativo.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Tem como objetivo **recuperar a vítima**, restabelecendo o seu estado anterior à agressão, bem como **transformar e curar o agressor**, de modo que este mude seu comportamento, trazendo por consequência elementos como a **reconciliação**, a **reparação** e a **restauração** do senso de segurança, tanto para quem sofreu a lesão como para a sociedade.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

As Medidas Socioeducativas destinadas a adolescente autor de ato infracional foram instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

As atividades propostas consideram o momento de vida do adolescente (estudo de caso) e a realização dos compromissos estabelecidos a partir da elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

As referências do trabalho do profissional de Psicologia, no contexto de políticas públicas, evidenciam um compromisso ético-político que afirme uma prática vinculada aos seguintes aspectos orientadores (CFP, 2012):

- A atenção ao adolescente no âmbito da Psicologia e em diálogo com as demais disciplinas, em especial, no âmbito jurídico, pedagógico e da assistência social.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

- A educação permanente para acompanhar, a partir dos marcos legais, a elaboração dessas políticas, bem como acessar a produção de conhecimento da área que dê consistência para a compreensão da produção de subjetividade nas relações constituídas no âmbito da prática do ato infracional dos adolescentes e definição de dispositivos metodológicos de intervenção, sempre no estrito cumprimento das normas e marcos legais estabelecidos.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

- A participação nos mecanismos de controle social que envolvem desde a sustentação dos espaços de organização profissional, como das instâncias que asseguram a garantia de direitos, contribuindo para afirmação do que propõem o Estatuto da Criança e do Adolescente e o SINASE.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

No contexto do SINASE existe uma importante ferramenta para a atuação nomeada como Plano Individual de Atendimento (PIA), destacando-se por:

- valorizar o respeito à individualidade e à singularidade do adolescente autor de ato infracional
- instrumentalizar a oferta de serviços nas diversas áreas
- garantir o registro histórico institucional do processo de atendimento de cada um deles (CFP, 2010).

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O PIA deve contemplar informações sobre os seguintes aspectos (CFP, 2010):

- Avaliação inicial nas áreas jurídica, psicológica, social, pedagógica e de saúde.
- Acesso a programas de escolarização, esporte, saúde, cultura, lazer, profissionalização e de assistência religiosa.
- Garantia de condições adequadas de habitação, alimentação e vestuário.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

- Acesso à documentação.
- Acompanhamento técnico com equipe multiprofissional, incluindo atendimento à família.
- Assistência jurídica ao adolescente e sua família e articulação com outras entidades e programas de atendimento socioeducativo visando a assegurar a continuidade do trabalho e a troca de informações.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A relação com o Poder Judiciário e os demais profissionais do sistema de Justiça deve ser pautada pela fundamentação técnica qualificada e pelo respeito à especificidade do trabalho do profissional, e não pela relação de subserviência ou temor.

Os relatórios, pareceres técnicos e informativos devem ser elaborados em conformidade com a Resolução CFP nº 07/2003, evitar rótulos e estigmas e considerar as condições existentes para o cumprimento da Medida Socioeducativa, com informações elucidativas.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

A Defensoria Pública tem como função oferecer de forma integral e gratuita, orientação jurídica aos cidadãos necessitados, além de promover a garantia dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, em todos os graus, judicial e extrajudicial.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Quem são os Agentes da Defensoria e quais as suas atividades? São profissionais de **PSICOLOGIA** e Serviço Social, que fornecem assessoria aos Defensores, auxiliando na realização de conciliações, elaborando laudos e encaminhando casos à rede de serviços públicos, entre outras atividades.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Dentre as atividades desenvolvidas, podemos destacar quatro grandes categorias:

- **MAPEAMENTO E ARTICULAÇÃO DA REDE**
 - identificação dos serviços oferecidos pelo município: saúde, educação, assistência social.
 - Encaminhamento dos usuários para serviços especializados.
- **EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS**
 - Elaboração de cartilhas e folders com informações.

- Realização de cursos e oficinas de educação sobre os direitos e aos profissionais dos diversos serviços.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

• APOIO ESPECIALIZADO

- Triagem dos casos recebidos pela DPE.
- Escuta e acolhimento da população atendida pela DPE.
- Conciliação e mediação entre partes envolvidas em processo judicial.

• ELABORAÇÃO DE ESTUDOS

- Atuação como assistente técnico:
 - Avaliação psicológica.
 - Elaboração de laudos e pareceres.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

INTERVENÇÕES FREQUENTES

- Acolhimento/Atendimentos/Estabelecimento de Vínculo.
- Compreensão da demanda/ histórico.
- Contato com pessoas envolvidas, familiares ou serviços nos quais a pessoa já foi atendida/acompanhada.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

INTERVENÇÕES FREQUENTES

- Mediação de Conflitos.
- Juntamente com os defensores, verificar se há demanda judicial ou jurídica e possíveis alternativas (ações judiciais) para cada caso.
- Encaminhamentos para a rede.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

INTERVENÇÕES FREQUENTES

- Discussão de casos (interno/DPE e externo com rede).
- Capacitação Continuada.
- Articulação com a Rede (continuamente, através de parcerias, reuniões, eventos de Educação em Direitos, fóruns etc).

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

INTERVENÇÕES FREQUENTES

- Desconstruir a (des)informação feita pela grande mídia sobre esse tema.
- Viabilizar à entidade familiar o atendimento interdisciplinar e melhor interlocução com a rede.
- Estar aberto à multicausalidade do ato humano.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Em geral, a atuação do psicólogo jurídico nos MPE se concentra no atendimento às demandas das Promotorias de Justiça no que tange ao conhecimento específico na área de Psicologia.

Dentre suas principais atividades estão:

- Avaliação psicológica em situações de violência.
- Avaliação psicológica em temática associada à saúde Mental.
- Avaliação institucional em entidades acolhedoras.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

- Realização de vistorias periódicas, em conjunto com o promotor de justiça, com base nos roteiros de inspeção de serviços.
- Posterior elaboração de pareceres técnicos de acordo com as legislações específicas vigentes.
- Apoio institucional em projetos, palestras, reuniões e eventos dessa natureza.
- Elaboração e/ou análise de materiais educativos e de divulgação.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

O psicólogo pode ser solicitado a atuar como perito para averiguação das condições de discernimento ou sanidade mental das partes em litígio ou em julgamento, destacando-se o papel dos psicólogos junto ao Sistema Penitenciário e aos Institutos Psiquiátricos Forenses (Lago et. al, 2009).

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

O psicólogo, para desenvolver suas atribuições/atividades, deverá ser capaz de (CFP e DEPEN, 2007):

- Atuar em âmbito institucional e interdisciplinar.
- Identificar, analisar e interpretar histórica e epistemologicamente as variáveis que constroem a lógica do encarceramento.
- Visualizar e posicionar a atuação psicológica para além de um mecanismo jurídico.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

- Identificar, analisar e interpretar as bases das teorias psicológicas e suas relações com a prisão.
- Construir processos de trabalho alternativos à lógica do encarceramento.
- Facilitar relações de articulação interpessoal e interinstitucional.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

- Identificar e distinguir sua função e “lugar” enquanto psicólogo frente à pessoa encarcerada, aos seus familiares, aos demais profissionais, à administração do estabelecimento, ao Judiciário e à sociedade em geral, considerando esse conhecimento para delimitar suas atividades.
- Identificar, distinguir, interpretar e propor objetivos de trabalho.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

- Criar estratégias e ferramentas que facilitem a expressão do sujeito como protagonista de sua história.

- Compreender os sujeitos na sua totalidade histórica, social, cultural, humana e emocional, e atuar a partir desse entendimento.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

- Identificar, analisar e interpretar os referenciais teóricos das diversas ciências que possibilitam a compreensão dos sistemas prisional e judiciário.
- Identificar, analisar e interpretar as variáveis que compõem o fenômeno da violência social e da criminalidade.
- Criticar e desenvolver conhecimento contínuo sobre sua atuação.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

- Estabelecer relações e elaborar propostas referentes às temáticas de políticas públicas, inclusive de saúde mental, e de direitos humanos no sistema prisional.
- Identificar, analisar e interpretar o sofrimento psicossocial no contexto das desigualdades sociais e da exclusão.
- Elaborar e propor modelos de atuação que combatiam a exclusão social e mecanismos coercitivos e punitivos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ROVINSKI, S. L. R. Avaliação psicológica forense em situações de suspeita de abuso sexual em crianças: possibilidades e riscos. Revista Práxis, Novo Hamburgo, v. 2, p. 19-26, nov. 2016. ISSN 2448-1939.

ROVINSKI, S. L. R. ; LAGO, V.M. . Elaboração de documentos decorrentes da avaliação psicológica. In: HUTZ, C.S.; BANDEIRA, D.R.; TRENTINI, C.M.; KRUG, J.S.. (Org.). Psicodiagnóstico. 1ed.Porto Alegre: Artmed, 2016, v. 1, p. 172-183.

ROVINSKI, S. L. R. . Repensando a Síndrome de Alienação Parental. In: DIAS, Maria Berenice. (Org.). Incesto e Alienação Parental. 3ªed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, v. 1, p. 87-95.

ROVINSKI, S. L. R. ; Cruz, Roberto (Org.) . Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2009. v. 1.

ROVINSKI, S. L. R. *et al.* Um breve histórico da psicologia jurídica no brasil e seus campos de atuação. Estudos de Psicologia, Campinas, 26(4), 483-491, outubro - dezembro 2009.

ROVINSKI, S. L. R. . Avaliação psicológica na área forense: demandas atuais na defesa dos direitos humanos. Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, v. 5, n.1, p. 33-41, 2006.

ROVINSKI, S. L. R. ; STEIN, L. M. . A entrevista investigativa. In: ROVINSKI, S.L.R.; CRUZ, R.M.. (Org.). Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção. 1ed. São Paulo: Vetor, 2009, v. 1, p. 67-74.

ROVINSKI, S. L. R. . O uso dos testes projetivos no contexto forense. In: Werlang, B.S.G.; Villemor, A.E.. (Org.). Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, v. 1, p. 107-119.

ROVINSKI, S. L. R. . Avaliação psicológica no contexto forense. In: ALCHIERE, J.C.. (Org.). Avaliação psicológica: perspectivas e contextos. 1ed.São Paulo: Vetor, 2007, v. , p. 00-00.

ROVINSKI, S. L. R. Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor, 2004.